

## CAMINHOS PARA UMA REDEFINIÇÃO DA PRÁTICA FEMINISTA DE TRADUÇÃO<sup>1</sup>

*Towards a redefinition of feminist translation practice*

Françoise MASSARDIER-KENNEY  
Kent State University  
fkenney@kentvm.kent.edu

Tradução de Emanuela Carla SIQUEIRA  
Universidade Federal do Paraná  
emanuelacsiqueira@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0001-6810-412X>

Marcela LANIUS  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
marcela.lanius@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0001-7390-0876>

**RESUMO:** Este artigo investiga de que modos a tradução pode ser utilizada a serviço do “feminino”, e para isso propõe uma análise do que seria uma tradução identificada como feminista – para, então, tentar redefinir o próprio termo “feminista”. Parte desse processo de análise envolve uma discussão de como as práticas de tradução “feminista”, independentemente da definição deste último termo, não inventa novas estratégias tradutórias mas, na verdade, adapta as que já existem. Essas estratégias podem ser categorizadas dentro de dois grupos: estratégias centradas na pessoa que escreve (como a recuperação, o comentário e a resistência) e estratégias centradas na pessoa que traduz (como comentário, textos paralelos e colaboração). Cada uma dessas estratégias será abordada em detalhes e exemplificada. O artigo por fim conclui que, apesar de sua definição instável, as práticas “feministas” de tradução podem beneficiar a atividade tradutória. **PALAVRAS-CHAVE:** Estudos feministas de tradução; Gênero e tradução; Políticas da tradução.

**ABSTRACT:** This article explores the ways in which translation can be engaged at the service of the ‘feminine’ through an examina-

<sup>1</sup> Publicação original: MASSARDIER-KENNEY, Françoise. Towards a Redefinition of Feminist Translation Practice. *The Translator*, vol.3, nº1, 1997, p.55-69.



tion of feminist-identified translation and an attempt to redefine the term ‘feminist’ itself. It argues that ‘feminist’ translation, however defined, adapts existing translation strategies rather than invent new ones. These strategies are categorized as author-centred and translator-centred. Author-centred strategies include recovery, commentary and resistance; translator-centred strategies include commentary, use of parallel texts and collaboration. Each strategy is discussed in some detail and exemplified. The article concludes that in spite of weaknesses of definition, ‘feminist’ translation practices present clear and significant gains rather than a restriction of the translator’s activity. **KEYWORDS:** Feminist translation studies; Politics of translation; Gender and translation.

Em um artigo publicado em 1996, Carol Maier<sup>2</sup> e eu destacamos como o ato da tradução pode ter um efeito desestabilizador na própria ideia do termo “mulher” enquanto base sólida, uma vez que “as definições de gênero não são universais e tampouco são manifestações absolutas de diferenças inerentes, mas são, isso sim, construções relativamente locais que estão em constante mudança” (1996, p. 10). Nesse mesmo artigo, postulamos que seria necessário investigar as formas como o ato da tradução pode nos ajudar a repensar gênero e identidade de gênero – e que, para isso, seria necessário que as pessoas que traduzem ignorassem as definições que parecessem “naturais” e, desse modo, trabalhassem com outras possíveis definições de gênero que possam porventura aparecer nos textos a serem traduzidos. Sugerimos, também, que a própria prática da tradução poderia atuar como um veículo para questionar as complexidades inerentes ao vínculo entre tradução e gênero – e optamos por usar termos como “que se identifica como mulher” e “gênero” como alternativas para “feminista”, uma palavra que consideramos problemática para qualquer pessoa que desejasse questionar a própria categoria de gênero. Na época, nossa preocupação com o uso desse termo vinha do fato de que ele impunha definições bastante específicas sem reconhecer que o texto fonte pode, muitas vezes, trabalhar com um conjunto de definições diferentes<sup>3</sup>. Dessa forma, dentro da prática tradutória, utilizar

<sup>2</sup> Gostaria de agradecer às minhas colegas Carol Maier e Doris Kadish pelas sugestões compartilhadas ao longo da escrita deste artigo (N.A.).

<sup>3</sup> Isso não significa, é claro, que sentidos específicos estejam “depositados” no texto, mas sim que o texto é o lugar no qual as definições são criadas e projetadas a partir das interações entre o texto fonte e a pessoa que lê; e um lugar, também, no qual certas definições são incentivadas ou encorajadas. Ainda que pessoas leitoras sejam definidas de acordo com a época e o espaço que vivem, as definições que são ativadas na interação entre esses leitores e o texto são moldadas também pelos paradigmas culturais e pelas ideologias da pessoa que escreveu e da pessoa que lê (N.A.).

termos como “feminista” e “mulher” significaria também partir de um ponto instável – quando, na verdade, a tradução não deve tomar como base definições pré-determinadas de gênero, mas sim funcionar como um espaço favorável ao seu questionamento, e também ao questionamento das funções que uma ideia de gênero pode desempenhar.

No entanto, em minha prática como tradutora e teórica da tradução, esse questionamento sobre gênero me faz pensar se a própria palavra “gênero” não teria também seus riscos: venho percebendo, afinal, que o que é definido como feminino ou como mulher/mulheres tende a ser visto não só como diferente, mas também como algo de menor valor do que o termo oposto (esteja esse termo implícito ou explícito). Essa diferença desvalorizada, para usar um termo bastante difundido dentro dos estudos culturais, se faz presente em diversos contextos, ainda que as definições que circulam dentro desses contextos sejam distintas. Recentemente, pensadoras do feminismo europeu, como Braidotti (1994), e teóricas da diferença sexual, como Butler (1994), vêm discutindo o fato de que a noção de gênero “tende ao sociologismo” (BUTLER, 1994, p. 18), ou seja: “gênero” é uma palavra que ignora a assimetria radical presente na formação do masculino e do feminino (idem) e – como descobri de forma cada vez mais insistente em minha própria prática como tradutora – é também uma palavra que mascara o desequilíbrio de poder que existe entre esses dois termos.

Neste artigo, eu gostaria de explorar as formas como a tradução pode ser utilizada a serviço desse feminino desvalorizado – especialmente porque um número considerável de tradutoras e pesquisadoras da tradução hoje identificam seus trabalhos como “feministas”. Nesse sentido, pode ser mais produtivo redefinir o uso dos termos “feminista” e “feminino(a)” de modo a reconhecer não apenas complexidades inerentes a essas palavras, mas talvez até mesmo o inevitável: o fato de que esses termos são inadequados para o pensamento teórico da área. Nesse sentido, os gestos de redefinir e de pensar um novo uso, mais atento, dessas palavras, seriam capazes de descrever uma prática de tradução que é militante, na medida em que destaca o fato de que a pessoa que fala/escreve (autora ou tradutora) é uma mulher (ou seja, é um sujeito que apresenta uma “diferença desvalorizada”) – e que *mulher* se refere a um conjunto de construções culturais ou então diferenças culturais essenciais e pré-simbólicas<sup>4</sup>. Esse destaque pressupõe a representabilidade do sujeito feminino, mas entende que embora o feminino seja tomado como elemento da identidade a ser privilegiado, é algo que não pode ser separado de

---

<sup>4</sup> Esta é a posição adotada por feministas como Luce Irigaray, que aceitam a explicação psicanalítica acerca da formação de sujeito (N.A.).

outros elementos de desvalorização como classe, identidade racial e nacionalidade<sup>5</sup>.

Dentre os trabalhos mais recentes identificados como feministas estão aqueles escritos por críticas e tradutoras canadenses, como Barbara Godard (1990) e Susanne de Lotbinière-Harwood (1991) – pesquisadoras que exploraram as conexões entre o feminismo e a tradução dentro do contexto da tradução em língua francesa. Nicole Brossard, escritora feminista de origem franco-canadense, comenta que “[a] questão que a tradução coloca, assim como a escrita, é a da escolha. Qual significante escolher de modo a ativar a superfície de múltiplos significados que vibram, invisíveis e eficazes, no espaço da consciência[?]” (apud GODARD, 1983, p. 197); a resposta a essa pergunta, segundo de Lotbinière-Harwood, é de que, para a pessoa feminista que traduz, o objetivo primeiro deve ser o de “tornar o feminino – ou seja, a mulher – visível no texto” (DE LOTBINIÈREHARWOOD, 1991, p. 101).

A resposta acima parte do pressuposto de que estamos trabalhando com uma definição estável e fixa para o termo “feminino”, que independe de seu contexto de utilização. Quando de Lotbinière-Harwood menciona a reescrita de textos com o objetivo de tornar o feminino visível, ela está falando sobre a tradução de textos que já expressam esse feminino de modo consciente – como os textos de Brossard – e que permitem que a tradutora possa trabalhar dentro de um “espaço que se compromete com uma visão de mundo ginocêntrica (ou seja, centrada na mulher)” (DE LOTBINIÈRE-HARWOOD, 1991, p. 153). Do mesmo modo, a discussão sobre feminismo e tradução proposta por Godard também está situada dentro de uma tradição específica do pensamento feminista francês, que apresenta uma tendência em essencializar a diferença feminina e que é representada por escritoras como Luce Irigaray e Hélène Cixous.

## 1. O FEMINISMO NA TRADUÇÃO ENQUANTO CONCEITO A SER CONTESTADO

A questão que me coloco, no entanto, é se é de fato possível tentar tornar esse dito feminino visível na linguagem sem pressupor definições fixas quando os textos com os quais estamos trabalhando não são necessariamente aquilo que núcleos contemporâneos de pesquisa da América do Norte ou da Europa considerariam feministas – seja porque

---

<sup>5</sup> A inseparabilidade das categorias de raça, classe e gênero ao se considerar o binômio mulheres e tradução é um argumento que Doris Kadish e eu levantamos em nosso livro *Translating Slavery: Gender and Race in French Women's Writing, 1783 – 1823* (1994). Embora eu reconhecesse a “valorização consciente do gênero” (idem, p. 25) em nossas traduções naquele volume, me parece que o que estava sendo valorizado na verdade não era tanto o gênero, mas sim a diferença desvalorizada do “feminino” (N.A.).

foram escritos antes do desenvolvimento do conceito de feminismo ou porque são oriundos de um contexto cultural em que o feminismo não é uma estratégia viável<sup>6</sup>. É claro que a questão do que seria o feminismo dentro do Estados Unidos ou em outros locais é controversa: como Naomi Schor (1992) sugeriu em um ensaio sobre a escritora francesa George Sand, que viveu durante o século XIX, o feminismo é o próprio debate entre demandas diferentes; é o choque entre reivindicações pela igualdade e reivindicações pela diferença, assim como entre a denúncia da posição inferiorizada das mulheres – algo criado pelas condições culturais – e a afirmação de uma natureza trans-histórica (SCHOR, 1992, p. 28). Nancy Fraser descreve o feminismo de modo semelhante ao afirmar que “atualmente, o movimento feminista dos Estados Unidos abarca todo um contínuo de lutas dentro do qual a luta por reformas de cunho social e legal está vinculada, de forma inextricável, à luta de natureza mais simbólica sobre identidades sociais e significados culturais” (FRASER, 1992, p. 3). Para a filósofa estadunidense, o feminismo é o próprio questionamento sobre a formação de identidades sociais (ou seja, de gênero) e sobre o processo por meio do qual as mulheres, como grupo, são excluídas de instituições e discursos ativos na sociedade. O objetivo de tornar o feminino visível na linguagem, portanto, pode significar uma série de estratégias diferentes que partem das subjetividades da pessoa que escreve ou da pessoa que traduz.

Os problemas que podem surgir ao se empregar o termo “feminista” para descrever estratégias tradutórias sem uma reavaliação prévia de tal termo estão evidenciados no artigo de Luise von Flotow (1991), no qual são descritas três estratégias feministas de tradução: suplemento, prefácios/notas de rodapé e “sequestro”. Uma análise sobre a definição de cada uma dessas estratégias indica que o teor feminista não se encontra nas estratégias – se assumirmos que a noção de feminista é evidente e não-controversa –, mas sim nas situações em que essas estratégias são empregadas. A noção de **suplemento** proposta por von Flotow, que “[c]ompensa as diferenças entre as línguas ou constitui ‘ação voluntarista’ sobre o texto” (VON FLOTOW, 2021 [1991], p. 499)<sup>7</sup>, se assemelha

<sup>6</sup> de Lotbinière-Harwood alude a esse questionamento ao observar que “na tradução comercial, uma pessoa feminista que traduz tentará incluir as mulheres dentro do processo de leitura por meio de estratégias não-sexistas (ou seja, inclusivas) de reescrita” (1991, p. 154) (N.A.).

<sup>7</sup> Utilizamos a tradução publicada por Ofir Bergemann De Aguiar e Lilian Virginia Porto no periódico Cadernos de Tradução (vol 41, nº 2) em 2021. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/75949> (N.T.).

em muito à antiga estratégia tradutória conhecida como “compensação”<sup>8</sup>. Ademais, como Deslile (1993) destacou, essa chamada “ação voluntarista” sobre o texto não é algo exclusivo a tradutoras feministas, uma vez que era comum também entre pessoas tradutoras da época medieval. O que é feminista, então, é a forma como essa estratégia é utilizada com o objetivo de enfatizar o ponto de vista da mulher – algo que estava presente no texto fonte e que a pessoa tradutora decide transportar para o texto traduzido.

É possível fazer observações semelhantes sobre as duas outras estratégias discutidas por von Flotow (1991): prefácios e notas de rodapé são amplamente utilizados para propósitos outros que não aqueles de cunho feminista. Já a estratégia de “sequestro”, esta é assertivamente descrita como feminista, uma vez que consiste em “feminizar o texto traduzido” – assim como no amplamente citado exemplo da tradutora feminista Linda Gaboriau, que traduziu “Ce soir j’entre dans l’histoire sans relever ma jupe” (que em tradução livre seria “Esta noite, entro para a história sem levantar minha saia) como “Tonight, I shall step into history without opening my legs” (“Esta noite, entro para a história sem abrir minhas pernas”) (apud VOLDENG, 1984). No entanto, o próprio termo “sequestro” parece sugerir um ato de terrorismo que envolveria uma violência física, por meio do qual o texto fonte ficaria refém de uma ação de “feminização”. Von Flotow apropriou-se do termo depois que este foi empregado em uma crítica sobre a interferência excessiva de Susanne de Lotbinière-Harwood em sua tradução de *Lettres d’une autre*, escrito pela franco-canadense Lise Gauvin – mas tal apropriação contribui não só para um entendimento de que o feminismo é um ato artificial de violência, como também para a opinião de que tornar o feminino visível no texto implicaria em gestos de distorção e extorsão; posições que seguramente diferem em muito daquilo que pessoas que se identificam como tradutoras feministas de fato estão realizando em suas práticas. A propagação do uso de metáforas como “sequestro” só contribui para ofuscar aquilo que “tornar o feminino presente na linguagem” de fato significa, além de impedir que pessoas tradutoras possam refletir sobre o real processo de “feminização” de um texto.

---

<sup>8</sup> Ver a definição clássica de Vinay e Dalbérnet sobre a compensação como uma estratégia que permite manter o tom do texto de origem por meio da utilização de uma nova figura de estilo em uma outra parte do texto. O objetivo é, justamente, substituir uma figura que estava presente no texto fonte mas que não pôde ser devidamente traduzida no mesmo ponto. (VINAY e DALBERNET 1977 [1958], p. 189) (N.A.).



## 2. ESTRATÉGIAS PARA UMA PRÁTICA FEMINISTA DA TRADUÇÃO

Me parece que uma possibilidade seria que a prática feminista da tradução reconhecesse que a própria noção de “feminino” é extremamente complexa e é, portanto, uma categoria construída; e que, para atingir o objetivo de “tornar o feminino presente na linguagem”, pessoas da tradução feminista devem estar cientes de que estão adaptando estratégias tradutórias já existentes – e não inventando novas. Nesse sentido, pode ser mais proveitoso categorizar como estratégias centradas na pessoa que escreve ou na pessoa que traduz aquelas que já foram ou que podem ser adaptadas para uma pauta feminista (pauta esta a que problematiza a minimização do que é definido como feminino ou como mulher/mulheres). Estratégias centradas na pessoa que escreve incluem a recuperação, o comentário e a resistência; estratégias centradas na pessoa que traduz incluem os comentários, o uso de textos paralelos e a colaboração.

### 2.1 Estratégias centradas na pessoa que escreve

As estratégias centradas na pessoa que escreve – ou seja, na pessoa considerada autora do texto – têm como objetivo fazer com que as pessoas que leem compreendam o texto fonte. Ainda que estratégias tradutórias possam ser categorizadas de maneiras diferentes, como por exemplo “centradas nas pessoas que leem”, “centradas na literatura à qual pertence o texto de origem” ou até mesmo “centradas na literatura à qual pertencerá o texto traduzido”, os dois grupos de estratégias aqui delimitados podem ser particularmente úteis dentro de uma perspectiva feminista, uma vez que destacam a importância das mulheres como produtoras de textos – sejam elas autoras ou tradutoras. A recusa estruturalista da noção de “autor” só foi possível porque os autores em questão naquele momento eram homens (europeus e brancos, aliás) que haviam desfrutado de uma longa fama até serem declarados mortos pela crítica. O discurso sobre autoras, no entanto, está apenas começando; e há que se destacar que o termo “autor”, aqui, não deve ser entendido como uma categoria universalizante do homem como gênio, mas sim como “pessoa que produz um texto” – noção que possibilita uma interação entre agentividade individual (levando em consideração o gênero da pessoa autora) e as forças culturais que moldam essa “autoria”. Do mesmo modo, é necessário usar o termo “estratégias centradas na pessoa que traduz” no lugar de “estratégias centradas na pessoa que lê” porque, sobretudo dentro dos Estudos da Tradução, as motivações e a especificidade das atividades da pessoa que traduz precisam ser examinadas em maior detalhe.

A primeira estratégia centrada na pessoa que escreve, a **recuperação**, consiste em ampliar e remodelar o cânone literário. Afinal, uma forma de definir o que é o feminismo dentro do contexto da prática de tradução seria, como de Lotbinière-Harwood sugeriu, tomar “as experiências das mulheres como ponto de partida” (1991, p. 73) – e, pela via da tradução, contribuir para uma reelaboração do cânone, instituição que excluiu essas experiências. A tarefa arqueológica de encontrar, publicar e traduzir textos de mulheres excluídas do cânone literário se mostrou especialmente frutífera com os textos franceses do século XIX: recentemente, os escritos de Germaine de Staël e George Sand foram redescobertos, e a publicação de traduções desses escritos se mostrou crucial para que a contribuição dessas duas escritoras ao Romantismo Francês e ao Idealismo fosse devidamente reconhecida. Me refiro, especificamente, à tradução de *Corinne* de Madame de Staël, feita por Avriel Goldberger (e publicada pela Rutgers University Press em 1991)<sup>9</sup>; à tradução da autobiografia de George Sand, realizada em grupo sob a coordenação de Thelma Jurgrau e publicada também em 1991 sob o título *Story of My Life*<sup>10</sup> pela State University of New York Press; e à publicação em inglês e em francês de *Letters of a Peruvian Woman* [*Cartas de uma peruana*], de Françoise de Graffigny, que saiu pela coleção Texts and Translations da MLA [Modern Language Association]. O fato de que essas escritoras foram publicadas e traduzidas significa que os contornos da história literária francesa também foram alterados – mas ainda há muito pela frente, até porque determinadas obras que mostram como essas escritoras se interessaram por questões de caráter mais sensível, como gênero e raça, ainda não foram publicadas e traduzidas. *Lettres à Marcie* [*Cartas a Marcie*], um ensaio de George Sand sobre as mulheres, ainda está indisponível em uma edição recente, e sua tradução para o inglês ainda não se concretizou. Enquanto isso, outros romances menos conhecidos da escritora já foram traduzidos e publicados em inglês. Do mesmo modo, *Mirza*<sup>11</sup>, um conto politicamente engajado de Madame de Staël, ainda era praticamente desconhecido até a década de 1990. Foi só recentemente, por exemplo, que a obra de uma das grandes

<sup>9</sup> Em sua tese de doutorado, Narceli Piucco (2014) propõe uma retradução comentada para o português brasileiro (a primeira tradução foi publicada em 1945). Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/128899> (N.T.).

<sup>10</sup> No Brasil, o livro foi publicado como “História da minha vida” pela editora Unesp em 2017. A tradução é de Marcio Honório de Godoy (N.T.).

<sup>11</sup> O conto foi traduzido na forma de tradução comentada como parte da dissertação de mestrado de Luiza Duarte Caetano (2014), intitulada “A ficção entre duas épocas: tradução comentada do *Essai sur les fictions* e das *Trois Nouvelles* de Madame de Staël”. Disponível em <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/LETR-B2TE65> (N.T.).





os esforços para definir e criar uma identidade ‘feminina’”, a tradutora afirma considerar inapropriada uma discussão sobre a obra que se paute apenas pelo olhar de “questões de mulheres” (MAIER, 1994, p. 187). Dessa forma, a tradutora faz uso do posfácio para não só destacar a importância do gênero dentro do trabalho de Chacel, mas também para problematizar termos como “feminista”, que podem “ser menos internacionais do que algumas críticas e tradutoras parecem reconhecer” (idem, p. 189). Ainda que hispanistas de orientação feminista não considerem esses comentários propriamente “feministas”, as observações de Maier se concentram na relevância do feminino e, ao mesmo tempo, ressaltam os limites de definições específicas. Esse tipo de metadiscorso serve para lembrar as pessoas leitoras de que a tradução é uma atividade que cria autoridade para a pessoa que escreveu o texto que está sendo traduzido, e que quem traduz é também responsável pela crítica e por introduzir e divulgar uma “imagem” específica da pessoa escritora.

A presença de tal metadiscorso permite agir contra a não-mediação do texto traduzido, e contra a sensação de familiaridade que uma tradução parece necessariamente induzir; dois elementos, aliás, que costumam fazer com que nos esqueçamos da diferença localizada no texto fonte. Spivak (1992) já destacou os perigos que uma falsa sensação de familiaridade com um texto de, ou uma pessoa que escreve em, outra língua podem causar, em especial nas traduções de textos produzidos por escritoras do chamado “terceiro mundo”. Nesse cenário, o “vínculo” feminista entre tradutora e autora não deve ser utilizado como mecanismo para apagar o abismo entre culturas. Na verdade, ao se traduzir textos como *Mirza*, um conto escrito pela francesa Germaine de Staël no século dezoito e caracterizado como pertencente à tradição da negrofilia<sup>16</sup>, o metadiscorso se faz ainda mais relevante, uma vez que o estilo do conto é fluente; ou seja, é um texto que não faz uso de experimentações de forma ou estilo, e por isso mesmo pode ser difícil evitar uma tradução que seja considerada transparente.

Lawrence Venuti (1992, 1995) defende aquilo que chama de **resistência** na tradução, ou seja, o ato de tornar visível o trabalho da tradução usando, para isso, meios linguísticos que têm um efeito desfamiliarizador e que funcionam contra a fluência fácil. Esta ideia pode ser aplicada sobretudo a textos fonte modernistas ou pós-modernistas que já desafiam as convenções literárias/linguísticas de suas línguas de partida; mas, como veremos, também pode ser adaptada de forma proveitosa para colaborar com os objetivos da tradução “feminista”, seja qual for a definição atribuída ao termo. Com efeito, a

<sup>16</sup> Para uma maior compreensão do termo é possível acessar o artigo “Branquitude e negrofilia: o consumo do outro na educação para as relações étnico-raciais” (2019), de Wellington Oliveira dos Santos, na revista *Perspectiva* (UFSC), em que discute a origem e implicações do mesmo. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2019.e53329> (N.T.).

resistência funciona bem para pessoas feministas que escrevem de forma experimental, como Monique Wittig, cujos textos reelaboram o gênero gramatical do francês (*le genre*) para desafiar as convenções linguísticas (patriarcais) da língua; isso é expresso, por exemplo, em pronomes pessoais e terminações masculinas/femininas de substantivos. Os textos de Wittig realmente resistem à estrutura de seu francês nativo, e o conceito de resistência proposto por Venuti encoraja a pessoa feminista que traduz a encontrar formas de desafiar de modo similar as normas do inglês padrão. Do mesmo modo, a noção de resistência pode ser aplicada às obras de pessoas feministas que escrevem no Quebec (Canadá) e que, como von Flotow explica, produziram “uma obra que foi altamente experimental, e constituiu esforços para atacar, desconstruir ou simplesmente contornar a linguagem convencional considerada como inerentemente misógina” (1991, p.17)<sup>17</sup>.

No entanto, a noção de resistência precisa ser adaptada para lidar com textos que não utilizam inovações estilísticas em sua exploração de gênero (isto inclui a maioria dos textos pré-contemporâneos). Quando os textos não convocam táticas estilísticas de estranhamento, a temática que circunda a tradução pode tornar-se parte integrante do texto e contribuir para sua resistência, opondo-se à sua inserção automática na cultura de destino. A noção de **tradução espessa**<sup>18</sup>, proposta pelo crítico cultural Kwame Anthony Appiah, também pode ser proveitosamente estudada no contexto da tradução feminista. Appiah (1993) utiliza o termo “tradução espessa”<sup>19</sup> para se referir a uma tradução “que procura, com as notas e glossários que a acompanha, localizar o texto dentro de um rico contexto cultural e linguístico”, num esforço para dar conta de “quão realmente diversas são ou foram outras pessoas” (1993, p. 817). Ele associa diretamente este entendimento das “razões características de outras culturas” a um projeto pedagógico que visa criar nos estudantes uma nova apreciação e respeito por pessoas de outras épocas e culturas. A noção de tradução espessa, portanto, poderia ser muito útil em nosso contexto presente, na medida em que permitiria à pessoa que traduz apontar a importância daquilo que é identificado como pertencente às mulheres em termos de produção literária. Appiah assinala, e com

<sup>17</sup> O trabalho de Nicole Brossard, mais especificamente poema *sous la langue* (*Sob a Língua*), é um excelente exemplo do tipo de experimentação descrita por von Flotow. Para uma discussão de aspectos específicos desta experimentação e dos desafios de tradução que ela levanta, ver de Lotbinière-Harwood (1991, p.143-148) (N.A.).

<sup>18</sup> Embora o termo “thick”, neste contexto, também possa ser traduzido como “denso” (vide a tradução de *A interpretação das culturas*, de Clifford Geertz - cuja edição da LTC não reconhece o nome da pessoa que traduziu a obra). Contudo, as tradutoras optaram por utilizar “espesso” aqui, uma vez que o termo parece abarcar melhor a discussão proposta pela autora e também por Appiah, uma vez que é um termo que compreende sentidos como “com consistência”, “encorpado”, “abundante” e, também, “plural” (N.T.).

<sup>19</sup> Aqui, Appiah aplica/traduz a ideia antropológica de “descrição espessa” de Clifford Geertz (N.A.).

razão, que este tipo de tradução é “acadêmica” no sentido em que está associada ao *ensino* literário; está relacionada ao objetivo geral de tentar compreender por que é que as pessoas falaram ou escreveram da maneira que o fizeram. Este modo acadêmico de tradução não olha para o texto como uma coisa feita apenas para ser comprada e consumida, mas como um *evento* genderizado<sup>20</sup>, linguístico, histórico, comercial e político. Appiah está se referindo, especificamente, à tradução de provérbios africanos, mas a noção de tradução espessa pode ser aplicada muito bem a textos de outros contextos culturais.

Compreender as motivações de outras épocas e de outras pessoas é uma das tarefas básicas da pessoa que traduz, e essa tarefa pode ser realizada não só com o uso de notas mas também por meio do tipo de discurso metatradutório que mencionei anteriormente. A tradução e edição de Maureen Ahern da obra de Rosario Castellanos, por exemplo, é um excelente caso de tradução espessa (AHERN, 1988). Em sua introdução, Ahern concentra-se na especificidade de Castellanos como escritora mexicana, descrevendo as estratégias feministas de Castellanos e a forma como a escritora utiliza referências intertextuais de outras escritoras, ao mesmo tempo que mostra como a sua própria escolha de estratégias de tradução é orientada pelo feminismo de Castellanos e pela importância da “investigação de outridade, seja esse outro mulher, cultura indígena, língua, silêncio ou a própria escrita” (1988, p. 8). Exemplos específicos da tradução espessa praticada por Ahern incluem uma discussão sobre as formas como Castellanos reelabora o mito de La Malinche<sup>21</sup>, normalmente representada como uma traidora do México e uma criatura monstruosa; uma análise sobre a crítica e a paródia que Castellanos faz aos formatos burocráticos mexicanos; e um estudo sobre a crítica da autora à opressão racial e cultural do povo indígena em Chiapas. Este vasto contexto ilumina tanto o texto fonte como as traduções. Também é possível postular o quão proveitosa seria a tradução espessa em

---

<sup>20</sup> A tradução de “gendered” por “genderizado”, aqui empregada, está presente na tradução de *Memórias da plantação* (Kilomba, 2019) realizada por Jess Oliveira e editada no Brasil pela editora Cobogó (N.T.).

<sup>21</sup> Destacamos alguns trabalhos de pesquisa no Brasil sobre La Malinche: Dissertação de Magda Fabiane Seger “La Malinche, D. Marina: a “lengua” de Cortés segundo o “Lienzo de Tlaxcala” (2014). Disponível em <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4253?show=full>. O artigo de Dóris Helena Soares da Silva Giacomolli “A representação literária de La Malinche no século XX” (2019). Disponível em <https://periodicos.unifap.br/index.php/letras/article/download/5234/pdf>. E, por fim, o artigo de Fernanda Aparecida Ribeiro “Malinche e a narrativa histórica feminina no século XXI” (2017). Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/24864> (N.T.).

se tratando de escritoras caribenhas como Maryse Condé<sup>22</sup>, cujas obras por vezes nos chegam tão fluentemente traduzidas que a especificidade de sua cultura guadalupana é ofuscada, assim como é obliterada a sua complexa relação com a língua nativa. A sugestão de Appiah de que glossários e explicações sejam sistematicamente utilizados permitiria que a pessoa que traduz e a que lê pudessem recuperar os ricos significados do contexto guadalupano; e vale ressaltar que Appiah inclui nesta categoria elementos variados, desde glossários de plantas e animais estrangeiros até explicações de provérbios e expressões idiomáticas. No caso de Condé, a tradução espessa permitiria que a pessoa que traduz pudesse atender à especificidade dela não só como escritora mas também como uma escritora guadalupana instruída; em suma, seria um instrumento para expor e analisar os aspectos sistemáticos do texto traduzido e abordar a questão do gênero<sup>23</sup>.

Dessa forma, embora traduções de textos mais antigos “transparentes”, como a do já mencionado conto *Mirza* ou de obras contemporâneas como as de Condé transformem o texto em algo cativante para quem lê, elas também podem fornecer o contexto em que tal texto foi escrito, ainda que – ou talvez porque – esse contexto possa ser de difícil compreensão para pessoas que leem na contemporaneidade. A criação do contexto cultural de *Mirza*, por exemplo, é crucial se quisermos evitar simplificar a complexidade ideológica da posição de Madame de Staël. Ainda que a autora tenha escrito uma obra de ficção negrófila em que as questões de gênero e raça se unem, uma descrição do contexto histórico ajudará a pessoa leitora na atualidade a não apenas compreender o caráter inevitavelmente eurocêntrico do texto, mas também a reconhecer como esse texto foi entendido como radical quando foi publicado; além disso, também ajuda a compreender o uso vigoroso, pela autora, de estratégias textuais tradicionalmente masculinas — tais como a moldura narrativa onde um narrador aristocrata branco apresenta e media a história da personagem-título, a africana *Mirza*. É preciso ler tal contexto juntamente

---

<sup>22</sup> Maryse Condé, por enquanto, teve dois títulos traduzidos para o português brasileiro. “Moi, Tituba sorcière... Noire de Salem” (1986), foi traduzido primeiramente por Angela Melim como “Eu, Tituba, feiticeira... negra de Salem” (1997), pela editora Rocco e mais recentemente foi retraduzida por Natália Borges Poleto, como “Eu, Tituba: bruxa negra de Salem” (2019), pela editora Rosa dos Tempos. Também, “La Migration des cœurs” (1995) foi traduzido por Júlio Bandeira como “Corações Migrantes” (2002), pela editora Rocco (N.T.).

<sup>23</sup> A recente tradução, para o inglês, do romance *Crossing the Mangrove*, deu um importante passo nessa direção. O livro vem com um pequeno prefácio da pessoa que traduziu e uma série de notas de rodapé. Ironicamente, uma resenha da revista *Women Review of Books* queixa-se de que as explicações “interrompem” a “frágil reflexão de *Crossing the Mangrove*” (WHITE, 1995), embora as notas de rodapé sejam muito discretas e nunca ultrapassem duas linhas em fonte pequena. Este sentimento de perturbação está certamente ligado à fantasia de ler um texto “estrangeiro” que é imediatamente acessível (N.A.).



com a própria tradução, dando condições para que a pessoa que lê possa reconhecer o valor do texto e ao mesmo tempo sinta um desconforto ao se deparar com elementos racistas e sexistas que foram assimilados pelo discurso ocidental vigente.

## 2.2 Estratégias centradas na pessoa que traduz

As estratégias discutidas até aqui visam tornar acessível o texto fonte; são, portanto, estratégias centradas na pessoa que escreve, mesmo que incluam uma reconstrução, por parte de quem traduz, do contexto cultural dessa pessoa. A estas estratégias devem ser acrescentadas outras, centradas em quem traduz. A primeira delas, o **comentário**, é essencialmente a mesma que foi discutida no âmbito das estratégias para quem escreve, mas serve aqui a um propósito diferente. Se o metadiscorso, que faz parte da estratégia de tradução espessa, procura nos aproximar do texto, preservando sua diferença, deve igualmente descrever os fatores que influenciam o desempenho de quem traduz, bem como as apostas que essa pessoa faz ao realizar a tradução. Em outras palavras, a pessoa da tradução feminista deve descrever seus motivos, e a forma como estes afetam o texto traduzido, a fim de evitar a reprodução de uma estrutura de poder textual que engendra quem traduz como confessor masculino do texto. Em “Gênero e a metafórica da tradução”<sup>24</sup>, um ensaio basilar da área, Chamberlain (1988) mostrara como as metáforas sobre a tradução são profundamente marcadas por diferenças de gênero. No entanto, a pessoa feminista que traduz pode assumir a epistemologia do ponto de vista, ou seja, reconhecer sua própria “posicionalidade, política de identidade e consciência das perdas necessárias que tal política inevitavelmente implica” (BAUER e MCKINSTRY, 1991, p. 4); ou, como Antoine Berman<sup>25</sup> sugere quando incita um exame do “desejo” da pessoa que traduz, que esta pode assumir igualmente a responsabilidade por seus próprios limites ideológicos/psicológicos, bem como aqueles do texto em que trabalha.

Estas discussões sobre as motivações das pessoas que traduzem – sejam levantadas por elas mesmas ou por quem pesquisa tradução – precisam fazer parte de qualquer tradução espessa feminista para que essa abordagem de fato implique em mais do que avançar sobre um novo território e agir da mesma maneira que a tradição

<sup>24</sup> Referência para o texto traduzido no Brasil: CHAMBERLAIN, Lori. “Gênero e a metafórica da tradução”. Tradução de Norma Viscardi. In: Ottoni, Paulo (Org.). Tradução: a prática da diferença. Campinas, SP: FAPESP/UNICAMP, 1998 (N.T.).

<sup>25</sup> O autor explora essa questão em “A Prova do Estrangeiro” (2002), traduzido e publicado no Brasil. Referência: BERMAN, Antoine. A prova do estrangeiro: cultura e tradução na Alemanha romântica — Herder, Goethe, Schlegel, Novalis Humboldt, Schleiermacher, Hölderlin. Trad. Maria Emília Pereira Chanut. Bauru: EDUSC, 2002 (N.T.).



masculina tem agido. Embora à primeira vista este posicionamento pareça enfraquecer e relativizar o papel de quem traduz, também pode ser considerado como uma forma de elevar o trabalho de tradução; Diaz-Diocaretz, por exemplo, fala de quem traduz tanto como pessoa “super-leitora” quanto como autora. É também uma maneira de incluir o questionamento feminista sobre categorias universais no projeto de tradução. Além disso, pode fazer parte de um projeto maior que tem como objetivo documentar a forma como as pessoas tradutoras fazem suas escolhas, examinando como estas são afetadas pelo fator do gênero<sup>26</sup>. Diaz-Diocaretz (1985) apresenta um exemplo importante do tipo de documentação e auto-análise que uma pessoa feminista tradutora pode oferecer, sugerindo que “pessoas escritoras que estão conscientemente escrevendo a partir de uma perspectiva identificada como de mulher, e que estão produzindo textos a fim de ampliar as possibilidades semânticas para a interlocutora, requerem a cooperação adicional de quem traduz” (1985, p. 156)<sup>27</sup>. A teórica e tradutora observa, por exemplo, que a escrita de Adrienne Rich contém uma afirmação de sexualidade e que, enquanto como tradutora, a própria Diaz-Diocaretz foi guiada pela necessidade de não apenas transmitir a presença dessa sexualidade, mas também de não conformar o texto de Rich às normas da cultura e língua espanholas, ou seja: a necessidade de não conformar o texto à uma visão da sexualidade das mulheres como força silenciosa ou negativa.

Outra estratégia que pode ser utilizada por uma abordagem feminista consiste na utilização de **textos paralelos**, ou seja, textos na língua de tradução que tenham sido produzidos numa situação semelhante àquela em que o texto fonte foi escrito. O termo “**textos paralelos**” não é utilizado de forma consistente na literatura e pode significar coisas diferentes para diferentes pessoas; de textos fonte e suas traduções, até textos do mesmo gênero literário na língua de saída, assim como na língua de chegada; contudo, é conveniente restringir neste artigo a definição de “**textos paralelos**” a textos traduzidos que foram produzidos numa situação semelhante ou que pertencem ao mesmo gênero literário que o texto fonte. Os textos paralelos são geralmente associados aos estudos de tradução técnica, mas cada texto literário é também técnico na medida em que pertence a um gênero, período ou estilo específicos e tem características particulares que são reproduzíveis na língua fonte, bem como na de chegada.

---

<sup>26</sup> Para exemplos de como pessoas tradutoras podem documentar e comentar o seu próprio trabalho ou o de outras, em termos de gênero, ver “On Translating Olympe de Gouges” de M. De Julio, “Ourika’s Three Versions: a Comparison”, de Doris Kadish e meu ensaio “Staël, Translation, and Race”, todos em Kadish and Massardier-Kenney (1994) (N.A.).

<sup>27</sup> Quando não indicado em notas, as traduções de citações empregadas por Massardier-Kenney são de autoria das tradutoras (N.T.).

Muitas pessoas tradutoras literárias têm discutido a utilização de textos paralelos, e este debate sugere que a questão de gênero pode muitas vezes ser um aspecto decisivo. No prefácio de *Crossing the Mangrove*, Richard Philcox (1995) explica que recorreu a escritores como Faulkner, Naipaul e García Márquez para encontrar uma voz correspondente em inglês, mas — e isso não é de modo algum inesperado dentro do âmbito de uma abordagem feminista — encontrou em Virginia Woolf uma correspondente mais compatível com Maryse Condé<sup>28</sup>. O tradutor admitiu ter ficado surpreendido com esta compatibilidade, dado que as duas escritoras parecem muito distantes uma da outra, mas é claro que a importância de gênero nos escritos de ambas acaba por aproximá-las mais do que se esperaria. Do mesmo modo, em seu posfácio à tradução *Memoirs of Leticia Valle* [*Memórias de Leticia Valle*], Carol Maier aborda os textos aos quais recorreu para encontrar a voz de uma jovem — e como encontrou as vozes de Anaïs Nin e Anne Frank. A atenção de Maier à importância das questões de gênero, e mesmo do feminismo, no texto de Rosa Chacel, fez com que ela desenrolasse os fios de uma tradição de escrita de mulheres. Para encontrar um exemplo do tom de *Mirza* que correspondesse à distância histórica entre o texto e as pessoas leitoras contemporâneas, procurei textos do Romantismo com passagens descritivas e diálogos, bem como textos escritos por outras autoras, a fim de captar qualquer possível intertextualidade que ligasse circunstâncias de escrita de mulheres, mas sem pressupor uma *écriture féminine*<sup>29</sup> específica. Dessa forma, o *Frankenstein* de Mary Shelley forneceu um glossário de termos do romantismo utilizados por uma escritora que também escreveu sobre algo estranho (no sentido de uma criatura que não pertence ao domínio do “normal”). Se, como de Lotbinière-Hardwood tem argumentado de forma convincente, “o conhecimento intertextual feminista é indispensável para traduzir escritoras feministas e para reescrever textos no feminino” (1991, p. 126), o contrário também é verdade: traduzir escritoras que podem não ser abertamente feministas também requer um conhecimento sobre as escritoras

---

<sup>28</sup> Curiosamente, Maryse Condé recordou em uma entrevista que, como jovem estudante universitária em Paris, leu muitas pessoas escritoras de origem britânica e que uma de suas favoritas era Virginia Woolf (N.A.).

<sup>29</sup> Sobre a *écriture féminine*, vale destacar que este é não só um conceito central para o pensamento teórico proposto por Hélène Cixous, uma pensadora crucial para se entender os desdobramentos da segunda onda do pensamento feminista francês, mas sobretudo um termo que nasce da leitura que Cixous faz da obra de Clarice Lispector. Nesse sentido, a *écriture féminine* é sobretudo uma investigação dos modos como o corpo se relaciona com as construções sociais de gênero — e como essa relação é transposta para e percebida no texto. Para a filósofa, haveria escritores homens que praticam uma escrita feminina, que é marcadamente mais crua e mais ligada ao mundo subjetivo, ao mesmo tempo em que poderiam existir escritoras que escrevem em um estilo marcadamente masculino (N.T.).

na língua de chegada, mesmo que o trabalho delas ainda não tenha sido concebido como parte de uma tradição. Uma vez que gênero, tal como classe e raça, é um fator inevitável na produção cultural de seres humanos, selecionar textos paralelos baseados nesse fator é uma das formas pelas quais uma tradução feminista pode ser realizada.

A última estratégia que pode ser utilizada pela pessoa que traduz para realizar uma tradução feminista é a **colaboração**, uma prática que implica trabalhar com uma ou mais pessoas tradutoras e/ou com a pessoa que escreveu determinado texto. Esta prática pode reforçar a ideia da tradução como cooperação entre o texto, quem o escreveu e outras pessoas que o traduziram, em vez de uma luta solitária para “dominar” o texto. Diaz-Diocaretz (1985) e Levine (1991) fornecem exemplos particularmente bons de tipos de “cooperação” que podem existir entre quem traduz e quem escreve; do mesmo modo, Kadish e Massardier-Kenney (1994) também identificam alguns exemplos de colaboração entre pessoas que traduzem. Um outro exemplo concreto de tal prática é a tradução colaborativa de Suzanne Jill Levine e Carol Maier em *El Cristo de la rue Jacob* [*O cristão da Rua Jacob*], de Severo Sarduy (SARDUY 1995 [1987]).

A colaboração no contexto da tradução feminista significa que enquanto a pessoa que traduz reivindica sua agência no metadiscorso em torno da tradução, assim como a consciência de criar uma tradição, ela pode evitar a dicotomia tradicional entre duas subjetividades (autora/pessoa que traduz) que buscam controle sobre o significado. A colaboração com outras pessoas que traduzem reforça que o significado tem de ser constantemente negociado, uma vez que as pessoas em colaboração estão continuamente cotejando interpretações do mesmo texto. Talvez seja a conexão entre um interesse em compreender como o discurso constrói/desconstrói o gênero e essa ideia de negociação, do desejo de evitar uma separação rígida entre autoria/tradução, entre quem escreve/quem lê, entre tradução/pesquisa e entre texto fonte/texto traduzido que poderia ser útil para definir a abordagem feminista na tradução. Não é nenhuma surpresa que várias traduções/edições que têm preocupações feministas tenham sido publicadas em colaboração. Mas, agora, precisamos documentar de que forma estas colaborações funcionam, do mesmo modo que as pessoas que traduzem devem ser encorajadas a discutir as demandas de sua colaboração — tal como Levine e Maier fizeram no posfácio de *El Cristo de la rue Jacob*, de Sarduy.

### 3. CONCLUSÃO

Se uma abordagem feminista na tradução se baseia em estratégias centradas na pessoa que escreve ou na pessoa que traduz, a fim de realçar a importância de uma

ideia de feminino para a formação de textos, é necessário reconsiderar o objetivo da tradução não como um texto a servir ou a dominar, mas sim como um evento cultural a *re-apresentar*. O reconhecimento feminista de que esta *re-apresentação* envolve uma noção fugidia de feminino significa que precisamos examinar as muitas maneiras como o gênero está ligado ou desligado do texto, bem como sua relação com o modo específico de representação reivindicado por pessoas feministas tradutoras.

Algumas pessoas podem sugerir que a tradução feminista representa uma restrição à atividade tradutória, mas eu diria que os ganhos são claros e significativos. Conduzir a tradução via uma abordagem feminista pode trazer à tona aspectos de um texto que tinham sido negligenciados ou mesmo suprimidos; pode mudar a história literária ao enfocar pessoas escritoras que antes eram inacessíveis; pode também conduzir a aspectos cruciais de interação com outros fatores discutidos anteriormente (racialização, classe, etc.) e permitir que quem traduz se envolva de forma prolífica no trabalho com o “feminino” sem se perder no debate essencialista. A percepção e o questionamento da tradução “feminista” também contribuem para um exame da atividade de tradução em geral; e, ao enfatizar a importância das categorias de gênero e os mecanismos pelos quais a ideia de “feminino” é excluída ou valorizada, essa prática sugere que a tradução é uma forma crucial de produção cultural na qual se realizam as próprias noções que são preocupações fundamentais dos estudos culturais: autoria, autoridade e identidade.

## REFERÊNCIAS

ANGELSEY, Zoe (Ed.). **Amar, Go**: Central American Women’s Poetry for Peace. Penobscot: Penobscot Press, 1987.

AHEM, Maureen. Reading Rosario Castellanos: Contexts, Voices, and Signs. In: AHEM, Maureen (Ed.) **A Rosario Castellanos Reader**. Austin: University of Texas Press, 1988.

APPIAH, Kwame Anthony. Thick Translation. **Callaloo**, vol 16, nº 4, p. 808-19, 1993.

ARENAL, Electra; SCHLAU, Stacey (Eds.). **Untold Sisters: Hispanic Nuns in their Own Words**. Translated by Amanda Powell. New Mexico: University of Mexico Press, 1989.

ARENAL, Electra; POWELL, Amanda (Eds.) **Respuesta a Sor Filotea de la Cruz/ The Answer** by Juana Ines de la Cruz. Translated by Electra Arenal and Amanda Powell. New York: Feminist Press, 1994.

BAUER, Dale M.; MCKINSTRY, Janet (Eds.). **Feminism, Bakhtin, and the Dialogic**. Albany: SUNY, 1991.

BERMAN, Antoine. **L'épreuve de l'étranger. Culture et traduction dans l'Allemagne romantique**. Paris: Gallimard, 1994.

BRAIDOTTI, Rosi. Feminism By Any Other Name. **Differences**, vol 6, nº 2-3, p. 27-61, 1994.

BUTLER, Judith. Against Proper Objects. **Differences**, vol 6, nº 2-3, p. 1-26, 1994.

CASTRO-KLAREN, Sara; MOLLOY, Sylvia; SABAJANES, Beatriz Sarlo. **Women's Writing in Latin America: An Anthology**. Boulder: Westview, 1991.

CHAMBERLAIN, Lori. Gender and the Metaphorics of Translation. **Signs**, vol 13, nº 3, p. 454-472, 1988.

DESLILE, Jean. Traducteurs médiévaux, traductrices féministes: une même éthique de la traduction?. **TTR**, vol 6, nº 1, p. 203-30, 1993.

DIAZ-DIOCARETZ, Myriam. **Translating Poetic Discourse: Questions on Feminist Strategies in Adrienne Rich**. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 1985.

FLOTOW, Luise von. Feminist Translation: Contexts, Practices and Theories. **TTR**, vol 4, nº 2, p. 69-84, 1991.

FRASER, Nancy. Introduction. In: FRASER, Nancy; BARTKY, S. Lee (Eds.). **Revaluing French Feminism**. Bloomington: Indiana University Press, 1992.

GODARD, Barbara. The Translator as She: The Relationship Between Writer and Translator. In: DIBYLOWSKI, Ann; FREEMAN, Victoria; MARLATT, Daphne; PULLING, Barbara; WARLAND, Betsy (Eds.). **In the Feminine: Women and Words**. Edmonton: Longspoon Press, 1983.

GODARD, Barbara. Theorizing Feminist Discourse/Translation. In: BASSNETT, Susan; LEFEVERE, Andre (Eds.). **Translation, History and Culture**. London: Pinter Publishers, 1990.

JARAMILLO LEVI, Enrique (Ed.). **When New Flowers Bloomed: Short Stories by Women Writers from Costa Rica and Panama**. Pittsburgh: Latin American Literary Review Press, 1991.

KADISH, Doris; MASSARDIER-KENNEY, Françoise (Eds.). **Translating Slavery: Gender and Race in French Women's Writing, 1783-1823**. Kent: Kent State University Press, 1994.

LEFEVERE, Andre. Translation: Its Genealogy in the West. In: BASSNETT, Susan; LEFEVERE, Andre (Eds.). **Translation, History, and Culture**. London: Pinter Publishers, 1990.

LEVINE, Suzanne Jill. **The Subversive Scribe. Translating Latin American Fiction**. Saint Paul: Graywolf Press, 1991.

DE LOTBINIÈRE-HARWOOD, Susanne. **Re-belle et infidèle. La traduction comme pratique de réécriture au féminin/The Body Bilingual. Translation as a Re writing in the Feminine**. Québec: Les éditions du remue-ménage/Women's Press, 1991.

MAIER, Carol. Afterword to **Memoirs of Leticia Valle** by Rosa Chacel. Translated by. Carol Maier. Lincoln: University of Nebraska Press, 1994.

MAIER, Carol; MASSARDIER-KENNEY, Françoise. Gender in/And Translation. In: ROSE, Marilyn Gaddis (Ed.). **Translation Horizon: Beyond the Boundaries of Translation Spectrum**. Binghamton: SUNY Press, 1996.

PHILCOX, Richard. Translator's Preface. In: Condé, Maryse. **Crossing the Mangrove**. Translated by Richard Philcox. New York: Doubleday, 1995.

ROSS, Kathleen; MILLER, Yvette E. (Eds.). **Scents of Wood and Silence: Short Stories by Latin American Women Writers**. Pittsburgh: Latin American Literary Review Press, 1991.

SCHOR, Naomi. Le féminisme et George Sand: **Lettres à Marcie**. *Revue des Sciences Humaines*, vol 226, p. 21-35, 1992.

SPIVAK, Gayatri. The Politics of Translation. In: BARRETT, Michele; PHILIPPS, Anne (Eds.). **Destabilizing Theory: Contemporary Feminist Debate**. Stanford: Stanford University Press, 1992.

THOMAS, Viola G. Maryse Condé (interview). **Belles Lettres** vol. 11, n° 1, p. 20- 23, 1996.

VENUTI, Lawrence. **Rethinking Translation**. London & New York: Routledge, 1992.

VENUTI, Lawrence. **The Translator's Invisibility**. London & New York: Routledge, 1995.



VINAY, J.-P.; DARBELNET, J. **Stylistique comparée du français et de l'anglais**. Paris: Didier, 1977 [1958].

VOLDENG, Evelyne. Translata/Latus. **Room of One's Own: A Feminist Journal of Literature and Criticism**, vol 8, nº 4, p. 82-96, 1984.

WHITE, Sarah. Scarred by History. **The Women's Review of Books**, vol 12, nº 10- 11, p. 42-43, 1995.

Recebido em: 28 set. 2021

Aceito em: 21 jan. 2022